



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assunto da interpelação oral e respectivas questões

A consulta pública sobre o Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau não se focou na “política de terra de Macau destinada a residentes de Macau nos novos aterros urbanos”, mas no plano de “aquisição de imóveis”, que consiste apenas numa parte desta política. O facto de o texto de consulta induzir em erro a população, levou-a a questionar todo o processo de auscultação. Terminada a consulta, o Conselho Executivo anunciou a “decisão política” tomada pelo Chefe do Executivo de reajustamento do plano conceptual da Zona “A” dos novos aterros urbanos. Segundo esse reajustamento, a área residencial daquele lote de terreno terá capacidade para 32 mil fracções autónomas, das quais 28 mil serão para habitação pública. Na minha opinião, esta decisão deve ser mais clara e articular-se com as alterações ao regime de habitação pública e com a política de terra de Macau destinada a residentes de Macau nos novos aterros urbanos, de modo a criar-se um mecanismo para a disponibilização de habitações aos residentes de Macau que possa tranquilizar a população.

Assim, interpele o seguinte:

Antes de poder aproveitar os terrenos dos novos aterros urbanos, o Governo da RAEM pode iniciar a construção de habitações sociais e económicas, por exemplo, construir as 4400 fracções públicas cujo plano já



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

foi publicado, e ainda 1400 fracções públicas perto da nova passagem Cantão-Macau, mais 10 mil fracções no retomado terreno do *La Scala*, e mais fracções em alguns terrenos retomados, de entre 48 que não foram aproveitados. Esses terrenos em causa e os terrenos da zona A dos novos aterros urbanos, onde serão construídas 28 mil fracções públicas, devem constituir recursos de solos suficientes para a construção de habitações sociais e económicas, permitindo assim recuperar o regime de pontos dos candidatos qualificados para habitação económica e criar um regime de espera de habitações sociais e económicas, em que os candidatos qualificados possam prever o prazo de atribuição das casas. O Governo concorda com isto?

2. O Governo deve admitir que um mecanismo completo de oferta de habitação consiste em fazer uma boa distribuição dos recursos de solos dos novos aterros urbanos, planeando a construção de um complexo de habitação provisória, habitações temporárias enquanto se procede ao reordenamento dos bairros antigos, instalações destinadas a serviços sociais, habitações para os funcionários públicos e os compradores que o fazem pela primeira vez (por exemplo, o Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau), habitações para arrendar primeiro e adquirir depois, e para aqueles que trocam casas velhas por novas e, ainda, um complexo de habitação para idosos, atendendo às necessidades habitacionais dos residentes. O Governo deve, com determinação, dar prioridade ao planeamento da construção das referidas



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

habitações nos remanescentes terrenos de uso habitacional da zona A dos novos aterros, destinados à construção de 4 mil fracções, e nos terrenos de uso habitacional das restantes zonas dos novos aterros, destinados à construção de 20 mil fracções. O Governo vai fazer isso?

3. Como se trata de um mecanismo permanente para aquisição de casas por residentes de Macau, o Governo da RAEM deve concretizar, quanto antes, a política de “Terra de Macau destinada a residentes de Macau”, ou seja, definir as leis, para garantir que, antes do dia 20 de Dezembro de 2049, os donos das fracções a construir nas novas zonas de aterro sejam apenas os residentes de Macau. Deve ainda o Governo tentar distribuir razoavelmente estas fracções pelos residentes, através dos planos necessários, e garantir que as fracções privadas aí construídas não vão ser transmissíveis aos não residentes, com vista a evitar a especulação. O Governo vai fazer tudo isto?

16 de Julho de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Ng Kuok Cheong